

**O MONTE BONITO COBRIU-SE DE SANGUE:
HISTÓRIA DO SÍTIO CHARQUEADOR
PELOTENSE. RS**

Ester Judite Gutierrez

ester@ufpel.tche.br

**FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

O Monte Bonito cobriu-se de sangue: história do Sítio Charqueador Pelotense. RS

Resumo

Como um colar de pedras preciosas testemunhos dos antigos estabelecimentos de salgar carnes pontuam as margens no encontro do arroio Pelotas com o canal São Gonçalo, ligação natural entre as lagoas Mirim e dos Patos, no sul do continente americano. Nesse lugar, principalmente, logo após o fim do tráfico transatlântico de cativos, nos dias mais quentes do ano, quase dois mil trabalhadores escravizados manufacturavam uma média de mil e duzentos animais. Nos dias frios de inverno, quando o pasto estava ralo e o gado magro, não se matava. Encharcada das chuvas, mais maleável, a argila era retirada pelas mãos cativas dos trabalhadores das carnes, para a preparação de tijolos e telhas. Africanos e afro-descendentes passavam os verões envoltos pelo sangue e pelo sal; os invernos, pelo barro úmido que extraíam, moldavam e queimavam. A construção foi uma atividade complementar à salgadora. O Sítio Charqueador Pelotense foi um dos espaços de consolidação do sistema escravista no Rio Grande do Sul, palco da exploração violenta do trabalho servil. A cidade cresceu à sombra do cativo. O conjunto formado por mais de trinta charqueadas, localizadas lado a lado tinham frente para as águas e fundos, para o Logradouro Público e Tablada, local de comercialização do gado. Essa situação atribuiu valor único ao bem, o de originalidade.

Palavras-chave

Patrimônio agroindustrial. Escravidão. Charqueadas

Apresentação

A sesmaria do Monte Bonito, que se localizava no final da serra do Mar, conhecido como serra dos Tapes, entre os arroios Santa Bárbara e Pelotas, na margem norte do canal São Gonçalo, ligação natural entre a laguna dos Patos e a lagoa Mirim, no sul do continente americano, teve um desenvolvimento diferente das demais terras, situadas na região. Nessa área, os portugueses assentaram o cerne de sua produção charqueadora escravista meridional.

No Monte Bonito, nos dois primeiros meses de 1781, doaram-se 19 datas de terras ribeirinhas. Os terrenos começaram a ser subdivididos, no seu sentido longitudinal, e transformados num conjunto de 30 fábricas de salgar carnes contíguas. Fundamentalmente, o núcleo charqueador pelotense constituiu-se dos estabelecimentos saladeiris, do Logradouro Público, da Tablada, da cidade, do passo dos Negros, das datas de matos, na serra dos Tapes, das vias hidrográficas, com seus sistemas de portos e trapiches e das vias terrestres com suas pontes e passos.

No Rio Grande de São Pedro do Sul, os terrenos marginais da sesmaria serviram como um dos abrigos do sistema escravista. O espaço da produção do charque apresentava um quadro macabro, fétido e pestilento. Nesse lugar, imperavam vísceras, sangue, excrementos, ossos e animais pestíferos e ferozes. Reinava o mau cheiro. Ilhas de imundícies, proliferavam nos terrenos encharcados da fabricação da carne salgada e de seu subprodutos. A população cativa vivia nessas condições ambientais, sob um regime carcerário e num ritmo de produção fabril. De novembro a maio, quando o gado estava mais robusto e os dias eram os mais quentes do ano, trabalhavam da meia noite ao meio dia. Nos outros meses, possivelmente, produziram nas olarias existentes nas charqueadas ou impulsioniaram a construção de prédios na cidade.

A implantação, situação, localização e organização espacial do núcleo charqueador pelotense foram determinadas por inúmeras questões. Entre estas últimas, destacamos: as expansões desenvolvidas pelas coroas ibéricas; o regime de doações de terras na sesmaria do Monte Bonito; as especificidades da escravidão nas charqueadas. Por isso, a análise dessa área fabril extrapolou o estudo individual dos estabelecimentos saladeiris.

1. Ocupação Ibérica

Quando os europeus chegaram ao território do atual Rio Grande do Sul encontraram, por uma das suas classificações, três grupos de habitantes nativos: os tupis-guaranis; os gês e os guaicurús. (COSTA e SILVA, 1968) A ocupação espanhola na área do Prata seguiu dois caminhos: um, pelo norte, descendo a América Central, margeando a costa do Pacífico, e o outro, que partia de Buenos Aires, tomava o rumo do Paraná e do Paraguai e, no vale da bacia do Uruguai, ia em direção ao ocidente, chocando-se com as correntes portuguesas. (BARCELLOS, 1945) Primeiro, o expansionismo da coroa lusa levou à realização de várias expedições marítimas, que navegavam no sentido do litoral banhado pelo Atlântico. Depois, as investidas terrestres ficaram por conta dos bandeirantes paulistas, que, como os *encomenderos* espanhóis e os padres da

Companhia de Jesus, vinham à procura dos nativos. Apesar do tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, este pedaço de terra continuou na disputa entre as monarquias ibéricas, quase sempre mediadas pelas conveniências dos papas, interesses da França, da Inglaterra, da Holanda, entre outras potências, e de toda uma população que não pertencia a nenhuma coroa, como bucaneiros, mercenários, bandos tropeiros, escravos africanos e nativos.

De 1580 a 1640, houve a unificação das coroas ibéricas. Quarenta anos mais tarde, em 1680, os portugueses fundaram a Colônia do Sacramento, no rio da Prata, na frente de Buenos Aires. (CESAR, 1970) Depois do rio Amazonas, o *Mar del Plata* era a segunda e última entrada para o interior do continente sul-americano. O nome do rio representava o acesso aos produtos das minas de prata andinas e a todos os negócios, tráficos, contrabandos que navegavam naquele rico mar interior.

1, 2. Vacarias

Em 1636, os sucessivos ataques mamelucos portugueses determinaram fim às reduções jesuíticas, localizadas na margem esquerda do rio Uruguai. No último ataque, foram vencidos, o gado, abandonado pelos padres e guaranis, reproduziram-se, formou rebanhos enormes, avançou até as margens da lagoa Mirim, alcançou o rio da Prata e originou a vacaria do Mar. Levando alguns animais, os missionários migraram para as regiões dos rios Paraná e Uruguai, dando origem à vacaria de Cima da Serra ou dos Pinhais, consolidando um tipo de desenvolvimento econômico para a área platina.

1.3. Estradas

Em 1703, Domingos Filguera realizou a primeira caminhada conhecida entre a Colônia do Sacramento e Laguna, inaugurando o que seria chamado de Caminho da Praia, na costa do Atlântico. (NETTO, s.d.) Dependendo da posse do território, a estrada que acompanhava o mar servia mais aos portugueses, ou, mais aos espanhóis. Nos dois casos, no Caminho da Praia circulavam tropeiros, mercenários, marginais, contrabandistas, etc. Ao norte, no interior, a estrada do Planalto seria consolidada em 1730, permitindo que o transcurso entre Laguna e Curitiba fosse realizado em menos de um mês, pelas tropas de gado. (FORTES, 1938) Em 1727, Bruno Maurício de Zabala, governador de Buenos Aires, adiantou-se às intenções dos portugueses e fundou Montevideú, entre Colônia e Laguna. (WILLIANS & PONS, 1989)

2. Espaço da Comandância Militar do Rio Grande

A retaguarda portuguesa, instalada em 1737, pelo brigadeiro José da Silva Pais, chamou-se presídio Jesus-Maria-José. A povoação do Porto, onde se localizava o presídio, deu origem à atual cidade de Rio Grande. Estabeleceu-se uma região ocupada militarmente. Estendia-se do serro de São Miguel, no limite sul, até a guarda do arroio Tramandaí, no norte. Os fortes de São Miguel, Porto e Estreito; as guardas do Chuí, Taim, Albardão, Passo Novo, Arroio, saco da Mangueira, Viamão e Tramandaí e as estâncias de Bojuru e Torotoma formavam o espaço da

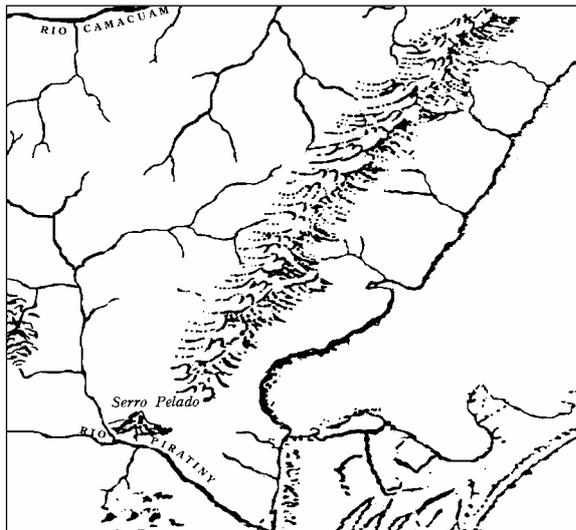


Figura 2. Mapa de João Francisco Roscio, 1778
Fonte: Cópia parcial. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscrito, 5, 4, 35.

Fazenda do Rio Grande do Sul, encaminhado ao vice-rei, em 1780, e as observações realizadas por Moniz Barreto, em 1778. (BARRETO, 1778) No primeiro documento, Roscio avaliava em 50.000 cabeças as vacas errantes, nas cabeceiras do rio Negro, e atentava para os rebanhos existentes na faixa de terra entre a Mirim e a costa do mar. Em seguida, fez considerações sobre as vantagens da região da lagoa Mirim sobre a vila de Rio Grande, quanto à segurança e aos recursos locais. Falou da qualidade da terra e da abundância dos materiais de construção, como madeiras, barros e pedras. O trabalho do secretário da junta da Fazenda do Rio Grande, contendo as

mesmas observações do engenheiro, indicou os nativos para trabalharem no corte da madeira, na elaboração de tijolos e telhas de barro e na extração e quebra da pedra. Quanto à localização, foi explícito: determinou um campo chamado das Pelotas. Chamou a atenção para o freqüente sepultamento dos edifícios de Rio Grande pelos combros de areia. Enquanto isso, Moniz Barreto já tinha proposto que as carnes salgadas fossem exportadas e, ao contrário do que se vinha fazendo, que as terras fossem repartidas em muitas pequenas fazendas. Coincidentemente, ou não, com esses autores, na sesmaria do Monte Bonito, entre janeiro e fevereiro de 1781, começou a distribuição formal de 19 terrenos marginais. (RÜDIGER, 1965)

5. Sesmaria do Monte Bonito

Nos primeiros dias de 1779, o tenente de dragões Manuel Carvalho de Souza recebeu a sesmaria do Monte Bonito. Um ano e três meses depois, vendeu-a ao vigário de Viamão, Pedro Pires da Silveira. Em 2 de abril de 1781, o vigário passou a propriedade ao alferes Inácio Antônio da Silveira Cazado. O alferes era casado com Maurícia Inácia da Silveira, sobrinha de Isabel Francisca da Silveira, dona da estância de Pelotas e filha de Mariana Eufrásia da Silveira e do sargento-mor Francisco Pires da Silveira Cazado, agregado e irmão de seu marido. Mariana recebeu seus terrenos em 1813. Na área concedida, funcionaram duas charqueadas e realizou-se o segundo loteamento da cidade. (LIVRO DE REGISTROS DE PRÉDIOS E TERRENOS DO MUNICÍPIO DE PELOTAS, 1779-1829) Antes que o vigário vendesse a propriedade, no início do ano de 1781, foram doadas 19 datas de terras localizadas na margem norte do canal São Gonçalo e direita do arroio Pelotas. Eram faixas de mais ou menos 770X4.136m. Davam frente ao arroio Pelotas ou ao canal São Gonçalo, e fundos à estância do alferes Inácio Antônio da Silveira Cazado. Ao observarmos o mapa da sesmaria do Monte Bonito, consolidado ao longo do século XIX, anotamos um complexo fabril composto por mais ou menos 30 charqueadas contíguas,

estabelecidas nos terrenos ribeirinhos doados; pela cidade; pelo Logradouro Público, pelo passo dos Negros e pelas datadas de matos, na serra dos Tapes. (Figura 3)

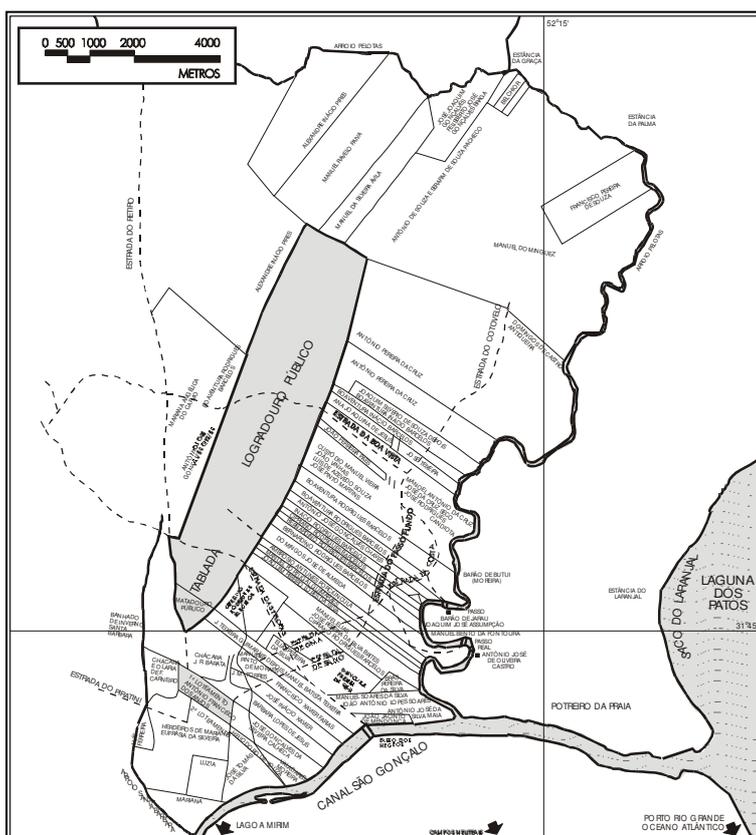


Figura 3. Sítio Charquedor Pelotense
Fonte: Desenho do autor tendo como base os registros de prédios e terrenos do município de Pelotas. L. 92 e 93 da Biblioteca Pública Pelotense.

5.1. Enlaces

Quando os terrenos ribeirinhos, da sesmaria do Monte Bonito, transformaram-se em fábricas, seus proprietários eram lusitanos, ou procedentes de outras províncias, dos demais distritos do Rio Grande ou, então, da Colônia do Sacramento. Alguns possuíam estâncias e até mesmo saladeiros na Banda Oriental do Uruguai. Casavam suas filhas com portugueses, ou descendentes desses, recém-chegados ao Rio Grande, ou com vizinhos, como no caso do casamento do português Antônio José Gonçalves Chaves, com Maria do Carmo Secco, nascida no Povo Novo, filha do lusitano e conhecido charquedor, confinante de Chaves, Joaquim José da Cruz Secco. Os contratos matrimoniais criaram uma rede de parentesco entre os empresários dos estabelecimentos marginais da sesmaria do Monte Bonito. Diferentemente dos nobres senhores criadores e charqueadores, o título recebido pelos simples fabricantes da carne salgada restringiu-se à Comenda.

6. Complexo Fabril

A distribuição dos espaços acompanhava a topografia, a vegetação, a geografia e a geomorfologia e adequava-se aos interesses econômicos, sociais e políticos. Enfim, os limites

eram naturais e, portanto, não muito precisos. As medidas variavam com os caprichos da natureza e o sabor dos poderes.

A estância do alferes Antônio Inácio da Silveira Cazado foi empurrada para a serra. Os charqueadores concorreram com modestos agricultores e receberam terras na serra. O Logradouro Público estava situado no centro da planície descampada, que separava os arroios Santa Bárbara e Pelotas. A cidade implantou-se em um terreno plano, de mata pantanosa e linhas de areias. As fábricas fixaram-se nas várzeas alagadiças, superfícies constituídas de aluviões mal drenados, ricas em argila e matéria orgânica, áreas marginais do arroio Pelotas e do canal São Gonçalo.

61. Passo dos Negros

O passo dos Negros, localizado no São Gonçalo, próximo da boca do arroio Pelotas, era o local de passagem do gado que vinha dos Campos Neutrais, de fiscalização, cobrança de impostos e de comercialização de escravos. Inicialmente chamado de passo Rico, chegou a ter um projeto de povoação, com seis quarteirões.

6.2. Datas de Matos na Serra dos Tapes

As datas de matos na serra dos Tapes foram concedidas aos charqueadores em 1800. Ali, mais que a agricultura, extraía-se todo o tipo de madeira, que ia para as fábricas, para alimentarem as caldeiras e fornalhas a vapor, utilizadas na fabricação de graxa e sebo. Parte da madeira seguia para a construção civil, na cidade.

7. Cidade

Três correntes disputaram a localização da sede de São Francisco de Paula, atual Pelotas. A implantação da cidade era defendida conforme o vínculo que os grupos tivessem com a posse da terra. Em 1813, Antônio Francisco dos Anjos, dono da charqueada e estância do Fragata, e o padre Felício fizeram um acordo e começaram a construção da casa do vigário e da igreja, em terras do capitão-mor Antônio dos Anjos, que, originariamente, eram continuação da charqueada que pertenceu a José Gonçalves da Silveira Calheca. Antônio Francisco dos Anjos, padre Felício, filho do alferes de ordenanças da Colônia do Sacramento Felix da Costa Furtado de Mendonça, dono da estância de Santana, e o tio do padre, cunhado alferes, vigário de Rio Grande, padre-doutor Pedro Pereira de Mesquita, proprietário de terras lindeiras à estância de Santana e à charqueada do Fragata, eram vizinhos, amigos e originários da Colônia do Sacramento.

Por isso, parece ter sido fácil fechar o acordo que permitia a Antônio dos Anjos aforar os terrenos na volta da casa do padre e da igreja, onde iniciou a crescer o casario da nova freguesia. Naquele ano, a medição e o desenho reticulado foram realizados pelo piloto Maurício Inácio da Silveira, que levou em conta, em seu traçado, as divisões dos terrenos fabris. Em 7 de novembro de 1827, o inventariante das terras do casal capitão Francisco Pires Cazado e Mariana Eufrásia, entregou

os terrenos doados para servidão do povo de Pelotas, obrigatórios para a instalação do segundo loteamento. As construções urbanas cresciam em direção ao canal de São Gonçalo. (CUNHA, 1928). Em 1832, a freguesia foi elevada e a vila de São Francisco de Paula e, em 1835, a cidade de Pelotas.

8. Logradouro Público. Tablada

As “sobras” destinadas ao Logradouro Público, facilitaram o comércio do gado. Ficavam por conta dos estancieiros e de seus peões as desvantagens do transporte dos rebanhos. Depois da viagem, das dificuldades, das perdas, do emagrecimento do gado, e ao lado de muita oferta, ficava difícil aumentar o preço do boi. Com o dinheiro conseguido pelas vendas nas mãos, compravam o que lhes abastecesse até o próximo ano, procuravam determinados serviços e escolhiam algum tipo de divertimento. Essas atividades impulsionaram o desenvolvimento urbano. Os navios que levavam o charque traziam mercadorias. Comerciantes, artesãos, profissionais de todos os tipos se estabeleciam. Em 19 de agosto de 1825, foi instalado o Logradouro Público da povoação de São Francisco de Paula. Em 1851, foi medido judicialmente. A câmara municipal de Pelotas havia denunciado os charqueadores que avançaram com seus terrenos sobre o Logradouro Público. No sentido longitudinal, alcançava quase os 9.000m; no transversal, na parte mais larga, 1.500m e, na mais estreita, 400m. Daí, fechava-se um triângulo, que determinava a Tablada. Definia-se como um espaço central, limitado a leste pela fazenda do Monte Bonito e pelas charqueadas do São Gonçalo e do Pelotas. (MEDIÇÃO, 1825) (Figura 4)

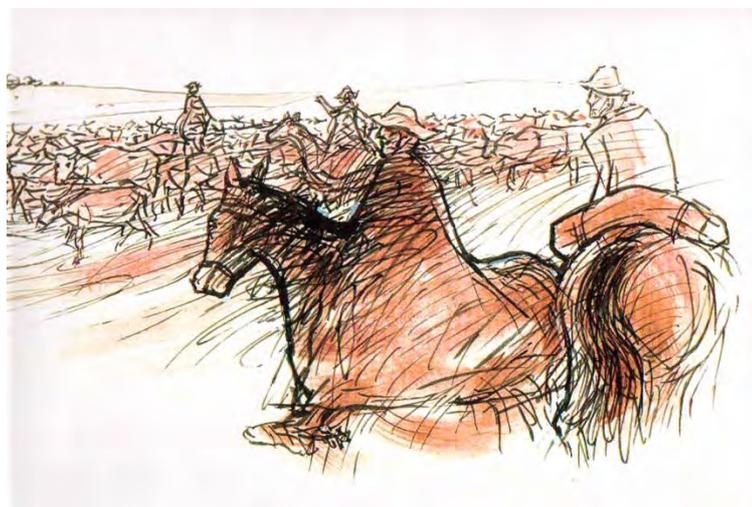


Figura 4. Tablada. Pelotas. RS
Fonte: Desenho Aquarelado de Danúbio Gonçalves . 2002

9. Charqueadas e olarias do Monte Bonito

As charqueadas eram compostas de dois ou três terrenos intercalados por estradas. Junto ao Logradouro Público, localizava-se o potreiro dos fundos, depois o potreiro do meio e, por fim, o terreno da charqueada. O gado ia da comercialização de potreiro em potreiro até alcançar a mangueira de matança, onde era abatido. Daí, ia para a cancha, onde terminava de ser morto, era esfolado e esartejado. Nos galpões, realizava-se a desossa, o chaqueio, a salgação e as pilhas

de carne e sal que aguardavam para serem colocadas nos varais. A linha de produção dos subprodutos do charque era composta pela graxeira, pelos tanques e pelas barracas para os couros. As charqueadas possuíam portos e os charqueadores, iates para o transporte dos produtos até o porto de Rio Grande, onde trocavam de embarcação para atingirem o mar. (Figura 5)



Figura 5: A charqueada
Fonte : DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989

No mesmo terreno da produção do charque, em algum galpão, junto à graxeira, à tafona, ou a qualquer outra das benfeitorias, localizava-se a senzala. Um pouco mais afastada, estava a casa do senhor; um pomar de espinhos, ou chácara, ficava próximo à morada, ou no potreiro do meio. Mais um estabelecimento de olaria completava o programa de necessidades das fábricas. As primeiras construções eram de pau-a-pique e tinham cobertura de capim. Os galpões das olarias eram construídos com esses materiais. Com a produção desses estabelecimentos, pisos, caminhos, circulações, tanques, canaletas de esgotos, paredes e coberturas passaram a ser feitos de elementos cerâmicos. O galpão de paredes de tijolos e cobertura em duas águas, de telhas de barro, foi o tipo de construção mais utilizado. (Figura 6)



Figura 6: Galpão charqueado S. Rita. Pelotas. RS
Fonte: Acervo charqueada S. Rita

É possível que a fabricação nas olarias e a construção civil tivessem sido uma produção alternativa à mão-de-obra escrava, nos períodos da entressafra do charque. (GUTIERREZ, 2001)

10. Qualificação da mão-de-obra cativa e o espaço da produção do charque

Desde os primeiros estabelecimentos do núcleo pelotense, o gado era abatido em espaço construído e equipado para esse fim, as mangueiras de matança. Até 1845, as graxas e sebos eram produzidos em caldeirões de ferro. Após essa data, foram adotadas as máquinas a vapor, o que demonstrou certo desenvolvimento na complexidade do processo produtivo, qualificação na mão-de-obra e melhoria dos produtos. A disposição dos terrenos definia um fluxograma. O gado ia desde a sua comercialização, na Tablada, até a exportação do produto, no porto de Rio Grande, nas mãos dos cativos. (Figura 7)



Figura 7: Cais do porto de Rio Grande.

Fonte: ADONIAS, ISA. **MAPA:** imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro: Odebrecht, 1993. pp. 253. [LLOYD, Willian, (1822 – 1905) Aquarelas]



Figura 8. Trabalhadores da carne salgada. 1953
 Fonte: Xilogravuras Danúbio Gonçalves. Museu do Charque. Pelotas. RS.

Com base nos inventários dos charqueadores é possível afirmar que mais da metade da população servil das fábricas era especializada. Os campeiros, na mesma porcentagem que nos estabelecimentos que possuíam estância, ocupavam os potreiros, vizinhos ao Logradouro Público. Os carneadores e serventes distribuíam-se na mangueira de matança, cancha, galpões, varais e pilhas de embarque. O transporte no arroio Pelotas, no canal São Gonçalo, na laguna dos Patos e no porto de Rio Grande era realizado por escravos marinheiros. Metade dos senhores possuía em seu plantel marujos cativos. A outra metade, possivelmente, contratava os serviços dos primeiros. (Figura 8).

A produção e o transporte do charque eram apoiados pela mão-de-obra de escravos de ofício e domésticos, que ajudavam na manutenção do próprio plantel de cativos, como os cozinheiros; das instalações, como os carpinteiros e os pedreiros; dos senhores e de suas famílias, como os engomadores, etc. Uma média de 54 escravos trabalhavam nas fábricas de charque; desses, 13% eram do sexo feminino. Por um lado, nenhuma menção a casamento entre os cativos foi encontrada; por outro lado, constatou-se um número reduzidíssimo de crianças escravas. Portanto, como nos empreendimentos que possuíam a criação e a matança, reafirmou-se a preferência dos empresários do charque pela compra de novas “peças”, em vez do investimento na reprodução dos trabalhadores servis. Os carneadores e os serventes de charqueada eram os mais numerosos, com a mesma média de 15 homens em cada uma dessas especialidades. As mulheres escravas continuavam sendo as menos qualificadas para o trabalho. A quase total ausência de trabalhadores especializados no trabalho agrícola, e a presença de pomares de espinhos, chácaras ou hortas nos saladeiros, pode fazer supor que as escravas se dedicariam aos cuidados da agricultura.

Hoje, junto às águas permanecem o conjunto das estruturas de treze setes das charqueadas, as vias de comunicações terrestres e fluviais e a paisagem histórico-cultural da Planície Costeira banhada pelo canal São Gonçalo e o arroio Pelotas e Pepino de raro valor cultural e ambiental. (Figura 9)



Figura 9. Paisagem histórico-cultural do Sítio Charqueador Pelotense. RS
Fonte: fotos ZAGO, 2001

Referências

ADONIAS, ISA. **MAPA**: imagens da formação territorial brasileira. Rio de Janeiro: Odebrecht, 1993.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. **Medição**. Logradouro Público. Pelotas, nº 609. M.12. E.33, 2º Cartório do Civil e do Crime, 1825.

BARCELLOS, R. de. Esboço da Formação Social do Rio Grande. **Revista A Província de São Pedro**. nº 3, Porto Alegre, Globo, 1945.

BARRETO, Moniz. Observações relativas à agricultura, comércio e navegação do continente do Rio Grande de São Pedro no Brasil. [1778] In: CESAR, Guilhermino. **Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: 1801-1801**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1969.

BETTAMIO, Sebastião Francisco. Notícia particular do Continente de Rio Grande [1780] In: FREITAS, Décio. **Capitalismo Pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de São Lourenço de Brindes, 1980.

BiBlioteca Pública Pelotense. Livro de Registros de Prédios e Terrenos do Município de Pelotas, V. 92 E 93, 1799-1929.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul: Período Colonial**. Porto Alegre: Globo. 1970.

COSTA E SILVA, Riograndino da. **Notas à Margem da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1968.

CUNHA, Alberto Coelho. Antigualhas de Pelotas. **A Opinião Pública**. Pelotas, de 29.06.1928 a 20.12.1928.

FORTES, João Borges. Velhos Caminhos do Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 4º trim., 203-54, 1938

GUTIERREZ, Ester. J. B. **Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. 2 ed. Pelotas: Ed. UFPel, 2001.

NETTO, José Antônio de Souza Pinto. **A Conquista do Rio Grande**. Rio de Janeiro: AC&M, vol 1, s.d.

QUEIROZ, Maria Luíza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro 1737-1822*. Rio Grande: Ed. FURG, 1987.

RÓSCIO, João Francisco. Compêndio Noticioso. [1775]. In: FREITAS, Décio. **O Capitalismo Pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

RÜDIGER, Selbat. **Colonização e Propriedade de Terras no Rio Grande do Sul**. Século 18. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1965.

WILLIMAM, José Claudio & PONS, Carlos Panizza. **A Banda Oriental en la Lucha de los Impérios, 1503-1810**. Montevideo: Banda Oriental, 1989.

